

LEI Nº 1.242, DE 04 DE JULHO DE 2016.

EMENTA: Fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e dos Vereadores do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE INAJÁ, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, prevista na Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º O Subsidio mensal para o mandato eletivo de 2017 a 2020, do Prefeito do Município de Inajá, Estado de Pernambuco, fica fixado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
- Art. 2° Subsidio mensal para o mandato eletivo de 2017 a 2020, do Vice-Prefeito Município de Inajá, Estado de Pernambuco, fica fixado no percentual de 50% (cinquenta por cento) do subsidio mensal estabelecido para o Prefeito.
 - Art. 3º O Subsídio mensal dos Secretários Municipais fica fixado em R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).
 - Art. 4° O Subsidio mensal de cada vereador do Município de Inajá, Estado de Pernambuco, para o mandato eletivo que se inicia em 1° de janeiro de 2017 com término em 31 de Dezembro de 2020 será de 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Parágrafo Único: O subsidio dos Vereadores anualmente não poderá ultrapassar 7% (sete por cento) da receita bruta do Município, observando o disposto no art. 29 da Constituição Federal e não ultrapassará a 30% (trinta por cento) do subsidio do Deputado Estadual.

Art. 5° - Os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores obedecerão ao estabelecido no parágrafo 4° do Art. 29 da Constituição Federal.

Art. 6° - O Presidente da Câmara tem direito a uma verba indenizatória a titulo de epresentação de 50% (cinquenta por cento) do subsidio do vereador estabelecido no art. 4° desta Lei.

Rua Cicero Torres, 118 - Centro CEP: 56-560.000 Telefones: (87) 3840-1246 (87) 3840-1156





Art. 7° - Fica assegurada a revisão anual dos subsídios fixados no art. 3° e 4° desta Lei, sempre na mesma data e nos mesmos índices atribuídos aos servidores públicos municipais.

Parágrafo Único: Na revisão geral anual, o ato financeiro há de ser amplo geral e indistinto, tratando de forma igual servidores e agentes políticos, conforme determina os artigos 37, X e 39, parágrafo 4º da Constituição Federal.

Art. 8° - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementada na forma do art. 43 da Lei n° 4.320/64 de 17 de março de 1964.

Art. 9° - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1° de Janeiro de 2017.

Art. 10° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EM 04 DE JULHO DE 2016.

LEONARDO XAVIER MARTINS
Prefeito de Inajá

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Publicula na quadro de avisas na seda desta Prefeitura Municipal na forma da lei nesta data.

> Francisco Agenor da S. Júnior no Mun. de Administração Port. Nº 106/2014

Rua Cicero Torres, 118 - Centro CEP: 56-560.000 Telefones: (87) 3840-1246 (87) 3840-1156

Certifico que a presente cobia fotostática é a reprodução fiel do original a qual me reporto e deu fe. Emol: R\$ 2,82; TSNR: R\$ 8,6 33; Inaja-PE, 77/81/2017 89:23:22

Selo:8076828.NIC81201792.08145 UCCO FLAVIA VILENTA CASRAL - SUBSTITUTA

FLAVIA VILENTA CASRAL - SUBSTITUTA

SOTS